



CONTRATO-PROGRAMA
DE
DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO
Nº EI/01/2024

Objeto:

APOIO EVENTOS INTERNACIONAIS

Campeonato Europa CUP

Outorgantes:

- 1. Federação Portuguesa de Vela**
- 2. Clube Naval de Portimão**

CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

Nº EI/01/2024

APOIO EVENTOS INTERNACIONAIS

Campeonato Europa CUP

Entre:

1. **Federação Portuguesa de Vela**, adiante designada por **FPV** ou primeiro outorgante, representado por **Mário Quina**, na qualidade de Presidente;
2. **Clube Naval de Portimão**, adiante designada por **CNP** ou segundo outorgante, representada por **João Rosa**, Presidente da Direção;

Nos termos dos artigos Artigo 7º do Decreto-Lei nº 273/2009, é celebrado um contrato-programa de desenvolvimento desportivo que se rege pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1ª

Objeto do contrato

Constitui objeto do presente contrato a concessão de uma comparticipação financeira, a qual se destina a apoiar a organização do **Campeonato Europa CUP**, a decorrer de **2 a 4 de fevereiro** do corrente ano.

CLÁUSULA 2ª

Período de execução do programa

O período de execução do programa objeto de comparticipação financeira ao abrigo do presente contrato-programa termina em 31 de dezembro de **2024**.

CLÁUSULA 3ª

Comparticipação Financeira

A comparticipação financeira a prestar pela **FPV** ao **CNP** no âmbito do objeto deste contrato-programa é até ao valor máximo de **4.500,00 €**. O valor final do apoio será determinado após a análise do relatório técnico-financeiro final, por parte do Instituto

Português do Desporto e Juventude (IPDJ), sendo que que o mesmo será cedida de duas formas: com o pagamento, por parte da F.P.V., de despesas relativas ao evento e o remanescente será pago através de uma comparticipação financeira.

CLÁUSULA 4ª

Disponibilização de comparticipação financeira



A comparticipação prevista na cláusula 3ª será disponibilizada após a validação do IPDJ, I.P. do relatório técnico-financeiro final, sujeita à disponibilização da comparticipação financeira por parte do IPDJ à FPV ao abrigo do Contrato-programa assinado entre as duas entidades para o mesmo efeito.

CLÁUSULA 5ª

Obrigações do segundo outorgante

São obrigações do segundo outorgante:

- a) Organizar o evento definido na cláusula 1ª, nos termos constantes da candidatura apresentada ao primeiro outorgante e de forma a atingir os objetivos nela expressos, sob pena de incorrer numa redução de 2,5% do valor de apoio fixado;
- b) Prestar todas as informações solicitadas pelo primeiro outorgante ou pelo IPDJ;
- c) Colaborar com a FPV na produção de todos os documentos e em todos e quaisquer outros processos não referenciados, relativos ao evento;
- d) Cooperar com a FPV, em especial nos relatórios finais e financeiro, cumprindo com a entrega do relatório final à FPV até 45 dias após o término do evento;
- e) Organizar as despesas e ganhos da prova em centro de resultados próprio e exclusivo para o efeito, onde não poderá constar qualquer gasto alheio à organização do evento;
- f) Apresentar à FPV, junto com o relatório final, o balancete analítico do centro de resultados, conforme disposto na alínea anterior, antes do apuramento de resultados;
- g) Apresentar à FPV, junto com o relatório final, cópia de todos os comprovativos de despesa, devidamente organizados. Os originais deverão permanecer disponíveis para consulta até que o processo seja encerrado pelo IPDJ;
- h) As despesas só serão elegíveis quando diretamente ligadas à realização do evento, e devidamente identificadas como requerido fiscalmente (nome e número de contribuinte da autoridade organizadora). Qualquer exceção estará sempre sujeita à apreciação das entidades fiscalizadoras nomeadas pelo IPDJ e/ou pela FPV;

- 
- 
- i) Não são elegíveis as despesas resultantes de pagamento de vencimentos e remunerações aos elementos dos órgãos sociais;
 - j) O valor final do apoio não pode ultrapassar **26,50% das despesas efetivas e elegíveis** com a organização do evento;
 - k) Publicitar, em todos os meios de promoção e divulgação das atividades, o apoio do IPDJ, I.P. e da FPV, conforme regras fixadas no manual de normas gráficas;
 - l) Facultar, sempre que solicitado pela FPV ou IPDJ, a acreditação necessária aos elementos definidos por estes, para que estes possam, no decorrer do evento, assistir à sua realização e acompanhar a execução do objeto do presente contrato;
 - m) Fazer todos os esforços para cumprir com todas as instruções de ordem técnica dadas pela FPV e seus representantes;
 - n) Não responsabilizar a FPV por quaisquer danos que ocorram antes, durante ou depois do evento, em qualquer dos meios materiais, humanos e outros colocados à disposição da organização;
 - o) Possuir os seguros necessários e obrigatórios para o desenvolvimento do evento;
 - p) Solicitar as licenças necessárias para a realização do evento, junto das autoridades competentes;
 - q) Cumprir com as Regras de Regata à Vela, os Regulamentos da World Sailing e os Regulamentos da FPV;
 - r) Prestar todo o apoio técnico e administrativo às Comissões em desempenho de funções e a todos os representantes internacionais e/ou nacionais envolvidos na organização da prova;
 - s) Investir esforços para uma organização de sucesso ao nível desportivo, com uma gestão financeira ajustada ao orçamento.

CLÁUSULA 6ª

Incumprimento das obrigações do segundo outorgante

1. O incumprimento por parte do segundo outorgante, das obrigações abaixo discriminadas, implica a suspensão das participações financeiras do primeiro outorgante:
 - a. Das obrigações referidas na cláusula 5ª do presente contrato-programa;
 - b. Das obrigações constantes noutros contratos-programa/protocolos celebrados com o primeiro outorgante;
 - c. Qualquer obrigação decorrente das normas legais em vigor.
2. O incumprimento culposo das obrigações atrás referidas concede ao primeiro outorgante, o direito de resolução do presente contrato-programa e de reaver todas as quantias entretanto pagas.

3. Caso as participações financeiras concedidas pelo primeiro outorgante não tenham sido aplicadas na competente organização do evento referido na cláusula 1ª, o segundo outorgante obriga-se a restituir ao primeiro outorgante os montantes não aplicados e já recebidos.

CLÁUSULA 7ª

Tutela Inspetiva do Estado e fiscalização da FPV

Compete ao IPDJ, I.P. fiscalizar a execução do contrato-programa, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias, ou determinar a realização de uma auditoria por entidade externa, sendo que ao abrigo do Artigo 7º do Decreto-Lei nº 273/2009, as ações inspetivas atrás enunciadas podem ser tornadas extensíveis à execução do presente contrato-programa.

Compete também à FPV fiscalizar a execução do contrato-programa, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias, ou determinar a realização de uma auditoria por entidade externa.

CLÁUSULA 8ª

Revisão do Contrato

O presente contrato-programa pode ser modificado ou revisto por livre acordo das partes.

CLÁUSULA 9ª

Entrada em vigor

O presente protocolo produz efeitos desde 1 de janeiro de 2024.

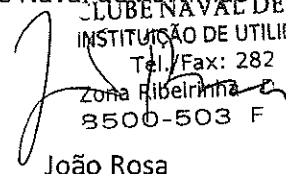
Lisboa, 6 de agosto de 2024

O Presidente da
Federação Portuguesa de Vela



Mário Quina

O Presidente do
Clube Naval de Portimão



CLUBE NAVAL DE PORTIMÃO
INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA
Tel./Fax: 282 517 529
Zona Ribeirinha
3500-503 F

João Rosa

